

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO ESPÍRITO SANTO E O PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Production and Food Supply in Espírito Santo and the Pluriannual Plan 2012-2015.

Producción y Abastecimiento Alimentario en Espírito Santo y el Plan Plurianual 2012-2015.

RESUMO

Este artigo busca compreender como a situação da produção e abastecimento alimentar no Espírito Santo é considerada no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O nível de produção das principais culturas demonstrou queda substancial na produção de alimentos básicos e na especialização em alguns produtos exportáveis. Tal processo tem impacto no preço dos alimentos evidenciado pelo valor da cesta básica em Vitória, podendo afetar o nível de segurança alimentar dos domicílios capixabas. Por fim, considerando o PPA 2012-2015 vimos que todas essas questões não são objeto de preocupação ou de estratégias em programas de governo.

Palavras-chave: Questão Agrária; Abastecimento alimentar; Segurança Alimentar

ABSTRACT

The present article tries to understand how the situation of food production and supply in Espírito Santo is dealt by the Pluriannual plan (PPA) 2012-2015. The level of the main food cultures production has fallen substantially as well as the specialized production of some exportable goods. It was noticed that this process has an impact on the prices of food evidenced by the food basket price in Vitória. This process can affect the level of food safety for the locals. Finally, considering the PPA 2012-2015, it was detected that these issues aren't object of concern or strategies in governmental programs.

Keywords: Agrarian Question; Food supplies; Food Security



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

Raul Ristow Krauser

Mestrando do Programa de Política Social da UFES. Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Camponês, Economista, Especialista em Gestão Pública, Membro do grupo de ESTUDOS MARXISTAS SOBRE A DEPENDÊNCIA - COLETIVO ANATÁLIA DE MELO
raulkrauser@gmail.com

Artigo recebido em:

26/09/2017

Artigo publicado em:

26/06/2018

RESUMEN

Este artículo busca comprender cómo la situación de la producción y abastecimiento alimentario en Espírito Santo y se considera en el Plan Plurianual (PPA) 2012-2015. El nivel de producción de las principales culturas demostró una caída substancial en la producción de alimentos básicos y en la especialización en algunos productos exportables. Este proceso tiene impacto en el precio de los alimentos evidenciado por el valor de la canasta básica en Vitória, lo que puede afectar el nivel de seguridad alimentaria de los domicilios capixabas. Por último, considerando el PPA 2012-2015, hemos visto que todas estas cuestiones no son objeto de preocupación o de estrategias en programas de gobierno.

Palabras clave: Cuestión Agraria; Abastecimiento alimentario; Seguridad Alimentaria

INTRODUÇÃO

A produção e o abastecimento alimentares são elementos estratégicos para a garantia da estabilidade social e da soberania. A restrição no abastecimento alimentar ocasiona problemas de toda ordem, como a desnutrição ou alimentação desequilibrada, que refletem tanto em problemas de saúde pública quanto na economia, na medida em que a escassez resulta em inflação reduzindo o poder de consumo da população. Além disso, a dinâmica da produção agrícola é a base econômica dos pequenos municípios que ocupam grande parte do território espírito-santense, sendo fundamental ampliarmos nosso entendimento sobre a política agrícola no Espírito Santo (ES) e sua relação com a produção de alimentos.

Assim, este trabalho busca compreender como a atual produção de alimentos no ES coloca-se no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O caminho então percorrido foi o de ampliar o entendimento sobre as

questões de segurança alimentar, de evolução dos preços dos alimentos e de algumas relacionadas à produção e abastecimento, como a da padronização e contaminação dos alimentos. Sendo estes, em última instância, produzidos ou derivados da produção agropecuária, foi ainda elucidado seu papel, bem como as políticas agrícolas e seus instrumentos na atualidade.

Nesta pesquisa, a metodologia utilizada teve como referência o materialismo histórico-dialético, entendendo que a política no PPA 2012-2015 resulta de um conjunto de interações sociais, sendo necessário compreender seu contexto. Como a discussão parte de fatos da política agrícola, a execução e os resultados da pesquisa são considerados empíricos; todavia, a coleta de dados deu-se de forma indireta, através de estudos, relatórios, documentos e leis. Caracterizamos ainda a pesquisa como exploratória, uma vez que se buscou ampliar o conhecimento sobre a política agrícola implantada em relação com a pro-

dução de alimentos. Por fim, utilizamos instrumentos de abordagem qualitativa e quantitativa a fim de evidenciar ao máximo as questões envolvidas no conjunto da pesquisa.

A partir desta metodologia e dos anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível identificar a evolução de 1959 a 2015 das principais culturas no Espírito Santo e sistematizar os dados em área colhida, produtividade, produção total e produção per capita, permitindo assim visualizar a trajetória dos cultivos, identificando aqueles em decadência e em crescimento.

Acerca disso, foi analisado o anuário estatístico dos anos de 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2015. Em algumas publicações os dados estão mais detalhados e em outros estão mais agregados limitando uma perfeita análise da evolução da produção. Registramos, portanto, as culturas principais e as com presença mais frequente nas diferentes publicações, a fim de garantir um acompanhamento da evolução da área colhida e produção obtida. Para o cálculo de produção per capita, foi considerada a produção obtida divulgada no anuário e dividida pela contagem da população brasileira e capixaba conforme o IBGE. Há defasagem de um ano, dado que a contagem da população se refere a anos em que foram publicados o anuário, e os dados da produção agrícola por Estado são do ano anterior ao publicado.

Ademais, pelos valores da cesta básica do Departamen-

to Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), foi ainda avaliada a evolução dos preços dos alimentos nas quatro capitais do Sudeste de janeiro, 2000 a junho, 2016, bem como a segurança alimentar nos domicílios do Espírito Santo, do Sudeste e do Brasil. Por fim, avaliamos o plano estratégico elaborado pelo Governo do ES para o período de 2011-2014 e o PPA 2012-2015, buscando evidenciar ações e programas diretamente relacionados à agricultura e à produção de alimentos.

Em suma, a pesquisa buscou mapear a produção de alimentos no Espírito Santo, a situação atual de segurança alimentar, as ações previstas no PPA 2012-2015 e a importância do tema da produção de alimentos para o mercado interno capixaba nos seus programas e ações.

Como resultado, este artigo está dividido em três temas. O primeiro e mais extenso refere-se ao debate geral dos alimentos, discorrendo sobre sua mercantilização e impactos nos preços e na segurança alimentar. O segundo é a função da agropecuária no desenvolvimento do País e as políticas agrícolas com seus instrumentos para garantir o cumprimento das funções estabelecidas, como abordado na primeira parte, quando da discussão dos alimentos vis-à-vis a agricultura. O terceiro está relacionado ao PPA 2012-2015 do Espírito Santo em relação com sua produção de alimentos.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

1 SOBRE OS ALIMENTOS

Consideramos alimentos “todas as substâncias e proteínas utilizadas pelos seres vivos como fontes de matéria e energia para poderem realizar as suas funções vitais, incluindo o crescimento, movimento e reprodução” (SOUZA, 2015, p. 21). Assim, temos uma gama de alimentos que são a base das funções vitais, ou seja, são constituintes da vida. Todavia, com o desenvolvimento industrial e a urbanização, sua relação com os temas da agropecuária e do mundo rural ficou em segundo plano, sendo as questões relativas à produção e circulação dos alimentos por muitos consideradas marginais e, portanto, negligenciada sua importância no desenvolvimento e na estabilidade do País. Porém, neste princípio de século, o tema dos alimentos volta a ganhar destaque nos debates políticos, econômicos e sociais, sob diferentes pretextos.

1.1 A MERCANTILIZAÇÃO DOS ALIMENTOS

Apesar de sua importância e necessidade, o processo de produção e circulação dos alimentos tem sido crescentemente dominados pela lógica da mercadoria, trazendo profundas implicações para a existência da vida.

Conforme Netto e Braz (2010, p. 124): “em todas as formas de organização da economia das sociedades humanas, a produção de bens (valores de uso) necessários à manutenção da vida social é um ‘processo’, um movimento que não pode

ser interrompido”. No modo de produção capitalista, o ‘processo’ da acumulação de capital dá-se por reprodução ampliada. Isto é, o capital é valor que busca valorizar-se incessantemente, processo que exige constante movimento do capital em que: “assumida certa materialidade, desesperadamente necessita alterá-la. O capital é um verdadeiro fantasma obcecado pela metamorfose” (CARCANHOLO & SABADINI, 2011, p. 130). As formas assumidas, porém, são rigidamente determinadas pela sua forma de circulação.

Assim, quanto mais esse modo de produção “se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais”, ou seja: a forma mercantil se universaliza (NETTO & BRAZ, 2010, p. 85). Desta forma, os alimentos também são convertidos em mercadoria, a qual define Marx: “(...) é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2012, p. 57). Em outras palavras, mercadorias são “unidades que sintetizam valor de uso e valor de troca” (NETTO & BRAZ, 2010, p. 80) e que contém, no processo de produção e circulação, a geração, acumulação e centralização de valor; isto é, são produzidas para se vender.

Desta forma, a agricultura integra-se ao circuito do capital, o que ocorre de forma diferenciada nos vários países. Nos estudos clássicos da questão agrária, tais vias de



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ao encontrarem arranjos distintos em diferentes níveis, a depender do país e da sua formação histórico-social, passam a conviver formações agrárias distintas. Tais formações, segundo Delgado (2012, p. 24), seriam de dois tipos: 1) agricultura capitalista, guiada pelo circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro acrescido; e 2) agricultura camponesa ou mercantil simples.

A primeira, hoje denominada Agronegócio, é caracterizada por: produção especializada; economia de escala; produção de commodities, cujos valores são ditados pelas regras do mercado internacional; utilização intensiva de insumos químicos e máquinas agrícolas (alto nível tecnológico); artificialização do ambiente e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais (SANTILLI, 2009 apud CONAB, 2010).

A agricultura camponesa e familiar, por seu turno, possui como característica a policultura (milho, feijão, arroz, mandioca, hortaliças, frutíferas, etc), destinando os excedentes ao mercado local. Nesta agricultura, ademais, não se separa o universo das pessoas que decidem sobre a produção das que trabalham e das que usufruem da alocação dos fatores de produção, ou seja: a unidade de decisão, trabalho e consumo é a mesma (CARVALHO, 2005, p. 170-171).

Neste sentido, ambas cumprem funções diferenciadas, mas a relação entre seus modelos é marcada pela contradição, conflito e

disputa pela terra e seus recursos naturais, bem como pela apropriação da renda. Este processo de diferenciação no campo, resultando no êxodo rural e na rápida urbanização, teve importante impulso com a modernização da agricultura brasileira que ocorreu de forma mais intensa e direta a partir de 1965.

1.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A subordinação da agricultura à lógica do capital é anterior à sua modernização que ocorre no século XX, mas neste período há transformações importantes na produção. Com base em Delgado (2012, p. 13), o processo de modernização da agricultura havido nos EUA no início do século XX ocorre no Brasil de 1965 a 1985, embora em algumas regiões tenha acontecido algo antes.

Aqui, de fato, em consequência da derrota da luta pela reforma agrária, a modernização constrói-se por uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo, conservando a estrutura fundiária existente, ou seja: o padrão de alta concentração da terra. Nas palavras do autor, a modernização conservadora:

(...) nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pela prioridade do IBC [Instituto Brasileiro do Café] à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 1950.

Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos ao nível de 1 a 1,5 bi de dólares por ano. (DELGADO, 2012, p. 13)

Esta modernização teve como pilares: a integração técnica da agricultura com a indústria, a articulação do sistema nacional de crédito rural (SNCR), a reorientação dos institutos por produto¹, o planejamento induzido de mercados na política agrícola desonerando riscos (seguro de preço e seguro de produção) e a adoção da revolução verde². Neste processo, todo o Sistema de Crédito obtém destaque, e surgem assim os complexos agroindustriais combinando a indústria processadora de produtos rurais, o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio. Neste processo, que ocorre a partir de 1930 e intensifica-se de 1965 a 1980, Delgado destaca que:

O papel diretor da política econômica e social do governo federal nesse processo foi crucial, e indissociável de outros processos coetâneos: centralização política do Estado, construção do mercado interno, industrialização substitutiva de importações, etc. (DELGADO, 2012, p. 19)

Sob o ponto de vista histórico, um conjunto de mudanças externas e internas no início da década de 1980 levam a uma interrupção sem reverter “a estratégia integrada de ex-

pansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, bases da construção do modelo de capital financeiro na agricultura” (DELGADO, 2012, p. 89). Em 1999, outra crise cambial interrompe a transição e demarca a “construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado.” (DELGADO, 2012, p. 89). Combinam-se o “boom das *commodities*”³ e a manipulação pelas políticas agrícolas, comercial e financeira dos instrumentos forjadores de “rendas extraordinárias”, eliminadas no período anterior e agora rearticuladas.

Neste entendimento, o agronegócio, antes de uma denominação genérica da agricultura, representa um pacto de economia política que combina “a articulação público-privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra.” (Delgado 2012, p. 109). Este pacto, portanto, é um desdobramento da modernização da agricultura plenamente articulado com o sistema agroalimentar mundial.

No Espírito Santo, há, desde 1969, uma redução continuada da produção de alimentos básicos, como feijão, milho, arroz, mandioca e forte crescimento dos cultivos de cana-de-açúcar, café, pimenta do reino, banana e tomate. Sendo tais produtos integrados ao mercado capitalista,

1 - IBC – Instituto Brasileiro do Café; CEPLAC – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira; CTRIN – Comissão de Compra do Trigo Nacional; IAA – Instituto do Açúcar e Alcool; etc.

2 - Pacote tecnológico composto por técnicas de produção agrícola baseadas no modelo de agroquímicos, com uso intensivo de adubos químicos, venenos agrícolas e mecanização agrícola. (Stédile & Carvalho, 2012, p. 720-721)

3 - “O chamado boom das commodities começou por volta de 2004 e o Brasil soube surfar na onda do aumento de demanda e preços. As exportações para a China, por exemplo, aumentaram mais de 500% entre 2005 e 2011. Foi um período de bom crescimento do PIB brasileiro [...]” (CASTRO, 2016).

entendemos este processo como consequência da estratégia de modernização conservadora da agricultura.

Este breve recorte histórico demonstra como o desenvolvimento do capitalismo na agricultura busca no alimento como mercadoria gerar acumulação privada de capitais, submetendo todo o sistema agroalimentar a processos que maximizem o lucro. Neste sentido, apesar de os alimentos serem um direito universal⁴, na atualidade são produzidos e comercializados segundo as regras do mercado, ou seja: são mercadorias, como carros ou roupas. Tais regras visam a maximizar os resultados dos produtores e comerciantes, de modo que:

(...) a produção de certas mercadorias em grande escala acaba por exigir uma certa padronização. É necessário ir acabando com a diversidade, ir padronizando, ir criando um nicho com variedades, mas que são destinadas a um público especializado (por exemplo na atualidade os alimentos orgânicos, integrais, etc.). Há um direcionamento na produção, há uma uniformização, vai igualando os costumes, as culturas alimentares, vai acabando com as inúmeras variedades e reduzindo a um único padrão, por exemplo o feijão, o milho, a manga, de inúmeras variedades, a população conhece e come pouquíssimas na atualidade. (SOUZA, 2015, p. 38)

Tal processo gera dois graves problemas: para o consumo, temos a diversidade alimentar restrita a poucos grãos, dos quais são elaborados diferentes

produtos industrializados, com riscos para a saúde da população. Para a produção, extensos monocultivos geram desequilíbrios ambientais e são intensivos em insumos químicos,⁵ contaminando a natureza e os alimentos.

Adicionalmente, a lógica de produção e circulação dos alimentos reduz a diversidade alimentar, amplia a dependência de poucos itens produzidos e circulados globalmente, e fomenta instabilidades que acabam por repercutir no preço dos alimentos, como evidenciado na crise de 2008, quando houve picos de elevação no preço dos alimentos.

1.3 INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS

Segundo NEDER, ALVES & SOUZA (2015), o preço da cesta básica em meados de 2012 em São Paulo cresceu 167% em relação a janeiro de 2000, enquanto o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) subiu 125% no mesmo período. Quando comparados os preços dos alimentos no Brasil aos internacionais, também se observa os brasileiros acima destes: enquanto de janeiro de 2000 a janeiro de 2012 a cesta básica em São Paulo aumentou 146%, o índice de preços internacionais⁶ aumentou 101%.

Como podemos ver no gráfico 1, a partir de 2007 a linha de preços da cesta básica passa a ter uma trajetória de maior crescimento que o INPC. Para exemplificar: em janeiro de 2000 a cesta básica



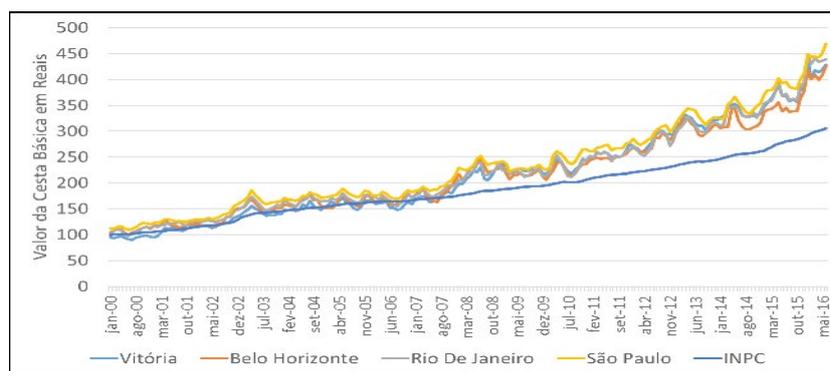
Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

4 - Dada a sua importância a alimentação é um direito que está amplamente fundado, conforme SOUZA (2015), na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Constituição Brasileira de 1988 e na lei federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

5 - Dados apontam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo desde 2008, chegando em 2011 a atingir cerca de 852 milhões de litros de agrotóxicos pulverizados nas lavouras, isso equivale em média de 12 litros/ha, com uma exposição média ambiental/ocupacional alimentar de 4,5 litros por habitantes (IBGE/SIDRA, 1998- 2011; SINDAG, 2011 apud CARNEIRO & al., 2015).

6 - Preços internacionais correspondem ao Commodity Food Price Index (inclui índices de preços de cereais, óleos vegetais, carne, marisco, açúcar, bananas e laranjas) calculado pelo FMI (World Economic Outlook Database, abril de 2012)

GRÁFICO 1 - Evolução do Preço da Cesta Básica nas Capitais do Sudeste e Comparativo com o INPC – Janeiro de 2000 a Junho de 2016, Valores em Reais.



Fonte: Dados: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE 2016; Adaptado pelo Autor, 2016.

TABELA 1 - Fatores que Contribuem para o Aumento de Preços dos Alimentos

Questões de Oferta	Questões de Demanda
Quebras de safra em função de problemas climáticos; redução de estoques; especulação financeira com os preços; aumento de preço dos insumos; substituição de cultivos de abastecimento interno por produção de <i>commodities</i> ;	Crescimento das economias emergentes; Utilização de cereais para produção de biocombustíveis; Aumento de renda da população;

Fonte: International Centre for Trade and Sustainable Development, 2008. Adaptado pelo Autor, 2016.

de Vitória custava R\$ 94,73. Corrigindo-se pelo INPC acumulado até junho de 2016, ela custaria R\$ 289,16, mas o preço identificado pelo DIEESE foi de R\$ 428,53, ou seja: ela está R\$ 139,53 mais cara, ou 48,2% acima da inflação. Das quatro capitais do Sudeste, Vitória tinha, em janeiro de 2000, a cesta de menor valor; em junho de 2016 é a segunda de menor valor. Nota-se, porém, que os preços têm aumentado mais na capital capixaba, diminuindo a diferença de preço para com a cesta mais cara, que é a de São Paulo.

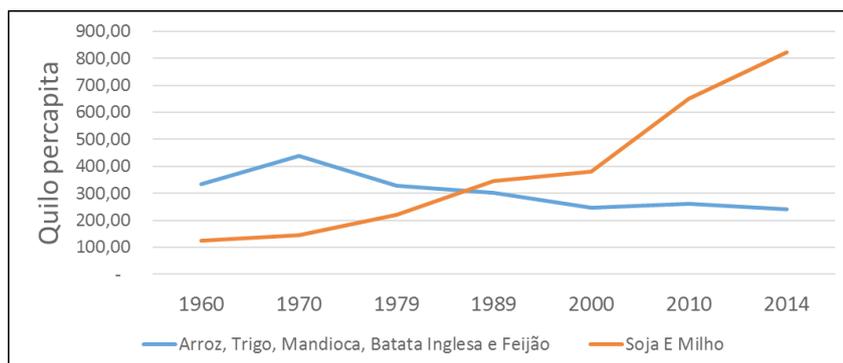
Este aumento de preços é consequência de um conjunto de fatores, apresentados de forma resumida no quadro da

tabela 1.

1.3.1 QUESTÕES DE OFERTA

De maneira geral, a oferta ou o direcionamento de um produto para o mercado, sob a lógica mercantil capitalista, dependerá da acumulação privada, o que implica um grande incremento na produção de *commodities* e redução de alimentos típicos no cenário nacional. Vemos que de: “1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. Já as de produtos do agronegócio exportador, como a cana e soja,

GRÁFICO 2 – Comparativo de Produção Per Capita (kg/habitante) entre 1960 e 2014 de Soja e Milho versus Arroz, Trigo, Mandioca, Batata Inglesa e Feijão.



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico. Adaptado pelo Autor, 2016.

aumentaram 122% e 107%” (TEIXEIRA, 2014).

Em termos de volume de produção, se a produção total for dividida pelo número de habitantes, a soja e o milho, representados pela linha vermelha no gráfico 2, têm apresentado forte crescimento.

Esta ampliação no cultivo da soja e do milho em detrimento de cultivos alimentares ocorre em esfera global, implicando a redução do consumo dos demais alimentos e no maior uso de processados a partir do milho e da soja, aumentando a dependência destes alimentos. Aliado a este processo, as empresas privadas levaram seus estoques ao mínimo a fim de reduzir o capital imobilizado, e os Governos, pelo receituário neoliberal do FMI, também reduziram ou eliminaram os seus, pois:

(...) Ali onde o FMI intervém, as culturas de mandioca, arroz e milho se reduzem. A agricultura de víveres morre. O FMI exige a ampliação das culturas coloniais, cujos produtos [...] poderão ser exportados ao mercado mundial e trazer divisas, que serão destinadas ao serviço

da dívida. (ZIEGLER, 2013, p. 174)

Desta forma, a dependência de poucos produtos, a comercialização em escala mundial, o uso de alimentos para a fabricação de combustíveis e, portanto, a relação que passa a ter o preço do petróleo e tais produtos, bem como a ausência de estoques, criam um ambiente adequado para a especulação com o preço dos alimentos. Como o especulador compra não para seu uso, mas para revender mais caro em seguida, acaba por acelerar a elevação dos preços, dado que: “O especulador de matérias-primas alimentares atua em todas as frentes e sobre tudo aquilo suscetível de trazer-lhe algum ganho – joga especialmente com a terra, os insumos, as sementes, os adubos, os créditos e os alimentos” (ZIEGLER, 2013 p. 278).

Por fim, a oferta varia em função do clima, ao passo que as mudanças climáticas têm causado sucessivas quebras de safras seja por secas ou chuvas demasiadas, contribuindo assim

GEOGRAFARES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

no aumento da instabilidade na oferta de alimentos e nos choques de preços.

No Espírito Santo, tais questões estão presentes na ampliação do cultivo de cana de açúcar, na expansão da cultura do café e na redução da produção de alimentos básicos. No caso do milho, apesar de ter havido um crescimento da produção nacional, este está concentrado no Centro-Oeste brasileiro, tendo o cultivo de pequena escala perdido espaço, de modo que pela sua forte redução, o Estado passou a depender da produção de outras regiões, onerando principalmente o custo da ração.⁷

1.3.2 QUESTÕES DE DEMANDA

Dentre os aspectos que tem influenciado a demanda dos alimentos, está a questão do uso destes para a produção de combustíveis, ou a substituição de cultivos alimentares por aqueles destinados à produção de etanol ou biodiesel. Desse modo: “em 2011, com um subsídio de seis bilhões de dólares dos fundos públicos, os trustes americanos queimaram 38,3% da colheita nacional de milho, contra 30,7% em 2008. E, desde 2008, o preço do milho no mercado internacional aumentou 48%.” (ZIEGLER, 2013, p. 249).

Além desse uso, outro elemento que alterou a dinâmica de demanda refere-se ao padrão alimentar, pelo que: “Novos conhecimentos, hábitos e referências culturais moldaram o sistema agroalimentar emergente, assentados na

transformação da comida em mercadoria, na centralidade do capital comercial e na própria expansão do mercado de trabalho” (PAULA, 2017 p. 135). Desse modo, há uma tendência estruturante de desenvolvimento em escala mundial do padrão de consumo assentado no complexo proteico (PAULA, 2017 p. 136). Este complexo é a lógica da produção de carne a partir da ração, cujos ingredientes básicos são o milho e a soja. Tal padrão desenvolvido nos Estados Unidos avança pelo mundo:

Reflexo disso é observado nos países asiáticos, em especial a China [...] em 2012 a população daquele país passou a ingerir o dobro da quantidade [de carne] consumida nos Estados Unidos, enquanto em 1978 os chineses consumiam apenas um terço. A quantidade de carne consumida na China e Estados Unidos chega a mais de 100 milhões de toneladas, o suficiente para remodelar a agricultura mundial em torno de um padrão de consumo centrado na proteína animal. (PAULA, 2017, p. 136)

Nesse sentido, Ziegler afirma que

(...) em tempos normais, a colheita mundial de cereais chega a cerca de dois bilhões de toneladas, das quais aproximadamente um quarto é destinado à alimentação dos rebanhos. Uma progressão da demanda de carne provoca, pois, uma queda substancial na quantidade de cereais disponíveis no mercado.” (ZIEGLER, 2013, p. 284)

Expandiu-se, portanto, com o incremento na renda de parte da população e das

7 - Tal situação é ilustrada pela reportagem veiculada pelo Canal Rural em 23 de maio de 2016, disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/milho/espírito-santo-fecha-primeira-importacao-milho-argentina-62184>>.

economias ditas emergentes, o consumo de carne, leite e derivados, aumentando a demanda por cereais. Somadas a essas, as mudanças no mercado de trabalho terão influência direta na redução da alimentação preparada em casa, ou do tempo disponível para esta tarefa, implicando na sua obtenção fora do lar ou mesmo na utilização de pré-cozidos/processados, alterando a dinâmica de consumo dos alimentos, centralizados no trigo, soja, milho e derivados (p. ex., a carne derivada da soja e do milho).

No Espírito Santo, o concreto aumento da demanda de alimentos tem suscitado

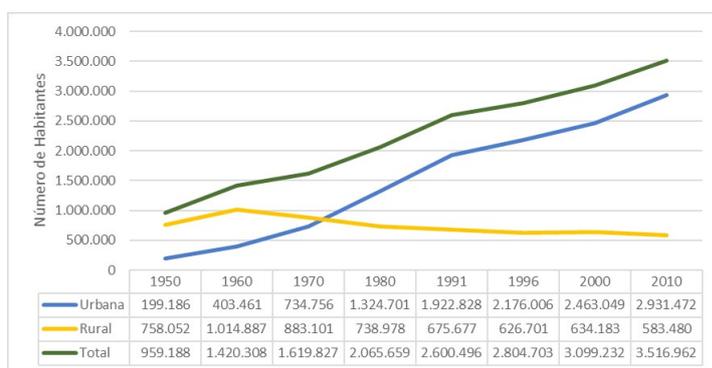
especial preocupação, dada a intensa urbanização e densificação demográfica na Grande Vitória. Conforme o gráfico 3, enquanto de 1960 a 2010 população rural teve uma redução absoluta de 23,02%, a urbana teve um crescimento de 1.471%. Isto significa menos pessoas produzindo e mais pessoas consumindo.

O conjunto de aspectos evidenciados acerca da inflação dos alimentos acabou por revelar a existência de uma crise alimentar, em que os picos de elevação dos preços são uma expressão, assim como a fome e as doenças associadas à má alimentação.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

GRÁFICO 3 - Evolução da população capixaba – população total, rural e urbana período de 1960 a 2010



Fonte: IBGE. Elaboração do Autor.

1.4 CRISE ALIMENTAR

Tal como anteriormente demonstrado, o sistema agroalimentar tem sido pautado pela lógica mercantil da acumulação buscando os usos lucrativos das camadas da população em condições de pagar mais e induzindo dietas com melhores taxas de lucro para as indústrias, de modo que a elevação dos preços apresente às corporações capitalistas maiores possibilidades de ganho. Por essa lógica:

A partir do início dos anos de 1970, as crises alimentares deixaram de ser manifestações esporádicas, nacionais ou regionais apenas, socorridas por ações humanitárias emergenciais, e passaram a ter caráter sistêmico decorrente da dimensão global dos mercados e do fortalecimento dos negócios entorno da alimentação. (PAULA, 2017 p. 149)

Para a população, porém, o aumento de preços preocupa, pois poderá afetar a segurança alimentar, que Hoff-

mann assim define:

Considera-se segurança alimentar para uma população se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Nas economias mercantis, em geral, e particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter poder aquisitivo, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. Uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a coloca, obviamente, em uma situação de insegurança alimentar. (HOFFMAN, 1995, p. 159)

Segundo os critérios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia)⁸, 77,42% dos domicílios brasileiros têm segurança alimentar, ou seja: 22,58% dos domicílios, cerca de 52 milhões de brasileiros estão em insegurança alimentar. Destes, 7,2 milhões de residem em domicílios com grave insegurança alimentar (IBGE, 2013). No Espírito Santo, o índice é de 89,58% de segurança contra 10,42% dos domicílios capixabas em situação de insegurança alimentar (IBGE, 2013). Neste sentido, o aumento do preço dos alimentos poderá agravar a situação de crise alimentar atual, pela qual:

Enquanto o sistema agroalimentar gera pressões no sentido da superalimentação como caminho para realização de lucros e acumulação de capital, com desdobramentos preocupantes na saúde, um massivo contingente populacional sofre os males derivados da escassez. De ambas as formas, a propagação do pa-

drão de consumo em países mais pobres tem agravado problemas de saúde, tanto aqueles derivados do excesso, como doenças cardiovasculares, diabetes, artrites, câncer, etc., quanto os causados pela subalimentação e subnutrição. (PAULA, 2017, p. 145)

Para além destes aspectos, destacamos a implicação ambiental deste modelo, que gera monoculturas intensivas na utilização de energia fósil e insumos químicos em todas as partes da agricultura, demandando ampla estrutura de transportes e condicionamento, com o aprofundamento das mudanças climáticas e portanto, da vulnerabilidade na produção de alimentos.

2 A POLÍTICA AGRÍCOLA

Considerando as questões anteriormente relacionadas ao alimento, passamos a refletir a respeito da política agrícola enquanto ação do Estado na agricultura.

2.1 SOBRE A AGRICULTURA E SUAS FUNÇÕES

Ao debatermos a política agrícola e seus instrumentos, é importante termos presente que à agropecuária são atribuídas cinco grandes funções no desenvolvimento econômico e social:

- Fornecer alimentos para a população total;
- Fornecer capital para a expansão do setor não agrícola;
- Fornecer mão de obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia;
- Fornecer divisas para a compra de insumos e bens de capitais necessários ao desenvolvi-

8 - O nível de insegurança alimentar da população brasileira é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Ebia – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. (IBGE, 2014). Pelos critérios da Ebia, existem três níveis de insegurança alimentar: leve (quando há preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis), moderada (moradores convivem com restrição alimentar) e grave (além dos adultos as crianças – quando há, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave que é a fome).

to de atividades econômicas;
Constituir-se em mercado
consumidor para os produtos
do setor não agrícola.
(BACHA, 2012, p. 24)

Importa considerar ainda que essas funções ocorrem de forma combinada e por vezes são contraditórias entre si, mas é no entorno destas que se estrutura a política agrícola e as demais políticas em relação direta com a agropecuária que, portanto, cumpre papel muito importante. No Espírito Santo, negócios ligados à agricultura respondem por “cerca de 30% do PIB estadual e absorvem aproximadamente 40% da população economicamente ativa, 28% da qual diretamente vinculada à produção” (ESPÍRITO SANTO, 2008). Ainda segundo este documento, 80% dos municípios capixabas dependem das atividades agrícolas e 87% possuem população urbana abaixo de 50.000 (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Assim, ao executar funções e direcionamentos dados pelo Estado, temos, no processo de formação histórica, econômica e social do campo brasileiro, dois modelos de produção agrícola distintos, brevemente referenciadas e caracterizadas na parte 1, supra. A seguir, veremos sua relação com as políticas agrícolas no campo brasileiro.

2.2 POLÍTICAS AGRÍCOLAS GENÉRICAS E SETORIAIS

As políticas públicas têm diferentes níveis de relação e influência na produção agropecuária, podendo ser divididas em genéricas e setoriais.

As de caráter genérico são como a política macroeconômica, que via de regra afeta todos os setores da economia. Segundo Bacha (2012), os instrumentos econômicos que interessam à agropecuária são as políticas fiscal, monetária, cambial e de rendas. De maneira geral, a forma como estão estruturadas poderá gerar restrições ou expansão das atividades agropecuárias ou ainda comportamento diferente em setores específicos, de modo que um setor pode ser beneficiado pela política em detrimento de outro.

O segundo tipo utiliza instrumentos de política econômica setoriais, ou seja: direcionados a setores específicos da economia. No caso da agropecuária, são principalmente os seguintes: “política de crédito rural, política de preços mínimos, política de seguro rural, política de pesquisa e extensão agropecuária, políticas específicas para certos produtos e insumos, política de regulamentação do uso dos recursos florestais” (BACHA, 2012, p. 28).

Nos Estados Federados e Municípios, as possibilidades de uso dos instrumentos acima identificados são mais limitadas, haja vista que um conjunto de funções são prerrogativa da União, cabendo aos demais entes federados contribuir para sua execução. Todavia há muitas possibilidades de atuação do Estado para o fomento de determinadas atividades ou imposição de restrições.

A seguir, buscamos identificar no Plano Plurianual 2012-2015 do Espírito Santo quais as ações e programas que



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

foram previstos para serem aplicados na agricultura à partir do estágio atual da produção agrícola revelado pelos dados do anuário estatístico.

3 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO E O PPA 2012-2015

No caso do Espírito Santo, a partir dos dados da produção de alimentos disponíveis no Anuário Estatístico do IBGE, identificamos claramente o processo de especialização da produção, ou seja, de substituição de um conjunto de cultivos por alguns poucos que passam a responder pela grande maioria da produção agropecuária capixaba.

Como visto anteriormente, esse processo resulta da modernização da agricultura e da mercantilização dos alimentos. Anexas encontram-se as tabelas de cada ano analisado (1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2015) com dados sobre área colhida, produção obtida, produtividade e produção per capita do Espírito Santo e do Brasil. Adicionalmente, tem-se a participação da produção capixaba na nacional e na área colhida.

Na tabela 2, estão os dados da produção *per capita* no Brasil e no Espírito Santo para ajudar a identificar quais culturas em cada período apresentam maior importância e como evoluem, de modo a captar a relação da produção com a população residente.

A partir da tabela, verificamos a redução na produção *per capita* das culturas

de alho, amendoim, arroz, batata-doce, feijão, laranja, mandioca e milho, avaliando a intensidade da redução e seus movimentos ao longo dos anos, a produção destas culturas caminha para uma condição de insignificância, demonstrando que seu abastecimento passa a depender de outros Estados ou de importação, ou pode indicar também sua substituição. Para estas culturas, conforme tabela abaixo, em 2015 a área cultivada somou 36.534 hectares, sendo que essas mesmas culturas ocuparam 404.830 hectares em 1969.

Ao passo que houve a redução acima, observamos que para as culturas de abacaxi, banana, café, coco-da-bahia, pimenta do reino e tomate a produção *per capita* capixaba é superior à nacional, indicando que para estes produtos o Estado é autossuficiente e exportador. Em 2015, a área ocupada por estas culturas foi de 485.405 hectares, enquanto em 1960 eram 240.097 hectares.

No caso do arroz, alimento básico da população brasileira, houve um aumento da produção *per capita* nacional até 1990, e depois uma redução. No Espírito Santo, houve uma produção notável até 1990, e uma redução radical, caminhando para a extinção desta cultura no Espírito Santo. Em movimento oposto esta a produção de coco da bahia em que no mesmo período salta de 1,39 kg/hab/ano para 39,38 kg/hab/ano, tal processo é consequência direta da drenagem de várzeas no norte do Estado e a substituição do cultivo de arroz pelo cultivo de coco, destinado a

Produção Per Capita: Brasil e Espírito Santo (em kg por Habitante/ano)

Cultura	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2015
Abacaxi BRASIL	2,32	2,75	3,19	5,69	7,94	7,72	8,64
Abacaxi ES	0,84	6,78	7,14	12,92	12,89	12,68	10,38
Alho BRASIL		0,40	0,26	0,41	0,46	0,55	0,57
Alho ES		0,30	0,31	1,76	1,06	0,32	0,22
Amendoim BRASIL	4,34	7,98	3,81	1,14	1,14	1,22	1,72
Amendoim ES	0,21	0,22	0,19	0,08	0,00	-	-
Arroz BRASIL	53,94	67,66	62,69	75,17	65,63	59,32	60,22
Arroz ES	25	39,28	25,52	41,19	5,59	0,90	0,20
Banana BRASIL	3,24	4,90	3,37	3,74	3,71	38,72	34,30
Banana ES	9,39	17,30	5,14	8,11	5,61	53,18	69,84
Batata doce BRASIL	14,82	23,02	6,76	4,61	2,62	2,50	2,47
Batata doce ES	24,06	18,32	6,86	1,63	1,55	-	-
Batata Inglesa BRASIL	14,32	15,94	17,78	14,53	15,36	18,76	17,90
Batata Inglesa ES	1,47	2,49	0,68	5,91	2,77	2,23	2,19
Cacau BRASIL	2,31	2,23	2,78	2,69	1,13	1,22	1,25
Cacau ES	3,69	3,66	5,79	2,54	3,65	3,56	1,38
Café Arábica e Canephora BRASIL	23,89	27,16	22,00	18,63	21,50	15,06	12,94
Café Arábica e Canephora ES	106,91	42,03	136,49	199,81	292,56	166,45	155,59
Cana de Açúcar BRASIL	845,42	796,19	1.146,50	1.774,08	1.870,45	3.832,74	3.692,57
Cana de Açúcar ES	408,43	433,36	527,50	878,14	766,04	1.406,75	835,70
Cebola BRASIL	2,54	2,91	5,70	5,31	4,94	7,86	7,15
Cebola ES	0,36	0,25	0,32	0,18	0,10	-	1,07
Coco da Bahia BRASIL	5,1	9,06	4,05	4,41	7,26	10,41	8,76
Coco da Bahia ES	1,93	6,14	1,69	1,39	39,38	42,94	33,76
Feijão BRASIL	20,48	23,28	18,05	15,85	17,70	17,13	15,20
Feijão ES	23,28	26,51	14,56	27,43	8,91	4,39	3,39
Laranja BRASIL	105,25	153,26	348,54	615,76	639,30	99,90	79,60
Laranja ES	100,75	117,30	100,31	54,77	56,22	4,46	3,87
Mandioca BRASIL	216,64	318,21	206,04	161,32	136,65	135,71	111,31
Mandioca ES	316,24	428,41	338,12	141,00	83,73	65,07	35,47
Milho BRASIL	103,82	134,31	134,60	180,84	186,79	291,52	419,21
Milho ES	92,31	111,99	92,52	101,62	36,25	21,11	7,59
Pimenta do Reino BRASIL		-	0,41	0,44	0,27	0,30	0,26
Pimenta do Reino ES		-	0,09	1,40	1,04	1,81	3,49
Tomate BRASIL	5,13	7,41	12,39	14,81	18,10	18,82	18,03
Tomate ES	1,27	5,56	24,31	27,21	32,32	33,81	36,45
Uva BRASIL	5,58	5,12	5,81	5,25	4,56	6,79	7,37
Uva ES	0,25	0,26	0,22	0,14	0,02	-	0,59

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2015.
Elaboração do Autor.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

Área colhida em hectares no Estado do Espírito Santo nos anos selecionados.

Cultura	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2015
Abacaxi	249	1231	670	1.441	1.975	2.128	2.448
Alho		272	150	770	494	126	75
Amendoim	350	421	374	171	3		
Arroz	23.447	51.104	37.616	35.761	6.179	1.175	305
Banana	8.133	18.948	28.669	24.725	20.535	19.437	23.638
Batata doce	1.797	1.760	980	291	276		
Batata Inglesa	239	385	230	1.187	542	404	401
Cacau	15.986	23.818	21.380	22.325	21.357	21.000	22.265
Café Arábica e Canephora	321.697	217.764	281.491	480.048	523.937	480.059	442.660
Cana de Açúcar	19.937	24.260	32.261	47.855	43.922	81.413	76.683
Cebola	192	162	116	80	36		346
Coco da Bahia	528	1.473	1.200	1.229	8.234	10.211	10.158
Feijão	49.477	87.394	75.790	95.030	34.549	18.440	13.109
Laranja	3.489	4.129	1.800	2.071	2.646	1.535	1.201
Mandioca	26.210	44.348	46.634	22.064	16.425	14.117	8.690
Milho	142.820	215.823	155.228	129.720	45.474	34.517	13.154
Pimenta do Reino			208	1.495	1.609	2.357	3.998
Tomate	145	681	1.093	1.390	1.541	1.773	2.503
Trigo	368						
Uva	68	76	52	42	12		148

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2015. Elaboração do Autor.

abastecer as áreas litorâneas e turísticas do sudeste. Fica evidente, portanto, o processo de especialização da produção agropecuária, complementado pela análise da área colhida no Estado do Espírito Santo para cada cultura.

Nestes dados apresentados, face às questões anteriormente levantadas, vemos a redução de cultivos alimentares tradicionais (amendoim, feijão, arroz, batata-doce, mandioca, milho), sendo que uma parte refere-se à mudança de hábitos alimentares da população (feijão, batata-doce, mandioca) e outros (arroz, milho, feijão) passam a ser produzidos em regiões onde há em

princípio melhores condições de produção.

Outro aspecto percebido é a expansão do cultivo de café, uma commodity geradora de divisas de alto interesse da política econômica. Percebe-se também a dimensão do cultivo da cana-de-açúcar no Espírito Santo que ocupa a mesma área que somadas áreas cultivadas com uva, tomate, abacaxi, alho, amendoim, arroz, banana, batata doce, batata inglesa, cebola, coco da bahia, feijão, laranja, mandioca, milho.

Por fim, importante registrar que a produção volumosa de banana, tomate, abacaxi e coco da bahia demonstram um nível de

especialização nestas culturas cuja finalidade é a de abastecer mercados consumidores fora do Estado e com condições de pagar pelos produtos, não é uma produção voltada para o abastecimento interno do Estado.

3.1 O PPA 2012-2015

Frente a este contexto, aqui considerado grave, o documento intitulado “Plano Estratégico 2011-2014 – Novos Caminhos” que fundamentou a elaboração do PPA 2012-2015 não aborda em nenhum momento o tema da produção de alimentos como eixo estratégico ou ação estrutural, e a agricultura de maneira geral (com suas cinco funções) aparece subordinada a um dos 10 eixos estratégicos, denominado “distribuição dos frutos do progresso” (ESPÍRITO SANTO, 2011). Isto denota que na visão do governo estadual a agricultura

não tem papel no “progresso”, devendo ser assistida, ou seja, ao invés de estar na política de produção é deslocada para a de distribuição.

O Plano Plurianual 2012-2015 aprovado em lei 9.781 de 03 de janeiro de 2012 contém 113 programas, sendo 29 de apoio às políticas que totalizam um orçamento de R\$ 27.431.923.518,00 e 84 programas finalísticos que somam R\$ 18.117.181.329,00. Portanto o total de orçamento previsto para os 113 programas é de R\$ 45.549.104.847,00. Destes 113, há oito que se relacionam com o contexto rural, sendo três em relação direta com a produção e cinco indireta. Estes são programas de infraestrutura, educação do campo, preservação e recuperação ambiental, infraestrutura hídrica, sendo que suas ações sem dúvida geram benefícios ao campo e criam um contexto favorável à produção agrícola, embora não



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

TABELA 2 - Programas Previstos no PPA 2012-2015 Com Ações Diretas no Espaço Rural, Valor Total e Valor das Ações Seleccionadas.

Programa	Valor ações seleccionadas	Valor Total do Programa
0001 Água em quantidade e com qualidade no espírito santo	148.359.994,00	154.683.994,00
0064-Conservação e desenvolvimento ambiental	896.372,00	896.372,00
0114-Desenvolvimento institucional	1.390.420,00	17.173.229,00
0242-Inclusão e diversidade na educação	36.509.436,00	77.136.179,00
0413-Sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos	27.599.758,00	61.504.519,00
0851-Ampliação da cobertura florestal	175.701.040,00	176.241.040,00
0852-Descentralização e harmonização do desenvolvimento	203.269.401,00	553.629.470,00
0853-Desenvolvimento da agricultura familiar	115.120.695,00	117.038.775,00
Total Geral	708.847.116,00	1.158.303.578,00

Fonte: Lei nº 9,781 de 03 de janeiro de 2012, Elaboração do Autor, 2016.

Verifica-se que dos oito programas selecionados com ações diretas no espaço rural, o valor total atinge 1,158 bilhões; mas, das ações previstas nestes programas, aquelas diretamente vinculados ao rural somam 708 milhões. Portanto, o espaço rural tem uma participação de 1,6% no valor total das ações ⁹ do PPA 2012-2015.

Dos oito selecionados, três programas tem uma relação direta com a produção agrícola de modo geral, que a depender da orientação de sua execução podem trazer impactos positivos ou negativos na produção de alimentos para o mercado interno capixaba. Identifica-se assim que o orçamento previsto diretamente para a produção agrícola atinge pouco mais de 116 milhões, que equivale a 0,26% do orçamento geral dos programas e 16,43% do orçamento dos programas direcionados diretamente ao espaço rural.

Assim concluímos que a produção de alimentos não foi prioridade no PPA 2012-2015, ou seja, não apareceu como uma preocupação, desafio ou estratégia de ação do governo do Estado, a partir desta conclusão podemos inferir que o caráter periférico do PPA em relação à agricultura ou foi um equívoco cometido na leitura da realidade e decidiu-se por não dar a devida atenção a este setor econômico, ou uma ação deliberada em que a não-política clara para a agricultura é uma forma de fazer a política agrícola, ou seja: entregar a gestão da agricultura e dos processos às forças do livre-mercado a fim de aprofundar

o sistema agroalimentar evidenciado anteriormente.

Com relação à execução do PPA 2012-2015, até o dia 30 de julho de 2016 ainda não estava disponível o relatório de avaliação do PPA 2012-2015 do exercício de 2015 e consolidado do PPA. Portanto, nossa análise sobre a execução do PPA foi elaborada a partir do relatório do exercício de 2014 que consta o acumulado dos anos de 2012, 2013 e 2014, permitindo assim verificar em que medida os programas previstos foram executados.

Uma dificuldade que encontramos é que no PPA examinado, os programas estão separados em finalísticos e de apoio às políticas; mas nos relatórios de execução não há esta separação, estando consolidado por programa, limitando assim um processo de comparação entre o programado e o realizado. Além disso, há diferenças na composição dos programas, inviabilizando a comparação entre o planejado e executado por programas.

Para fazermos uma comparação entre o planejado e o executado utilizamos os programas acima listados que tem uma relação direta com a produção agrícola e pecuária, onde verificamos que: sete ações não tiveram nenhum nível de execução; cinco tiveram execução financeira inferior a 25%; cinco tiveram nível de execução entre 25 e 50%; quatro ações tiveram execução entre 50 e 75%; e três acima de 75%. Se fizéssemos uma distribuição linear dos recursos previstos nos quatro anos, todas

9 - O valor identificado que corresponde a 1,6% do orçamento total refere-se àquelas ações possíveis de serem classificadas pela sua descrição no PPA 2012-2015, dentre as ações de Apoio às políticas não foi possível classificar pois sua descrição genérica não permite identificar o destino para o qual são aplicadas.

as ações deveriam estar com sua execução em cerca de 75%, mas abaixo desse patamar temos 21 ações e três ações acima.

Importante destacar a ação “3358 - Fortalecimento da estrutura de produção, comercialização e escoamento de produtos agropecuários”, de valor orçado em 10 milhões e execução de 82 milhões. Refere-se à ação em que os parlamentares direcionam emendas para atender suas bases eleitorais, tendo como objeto caminhões, tratores, secadores e outros equipamentos. Ou seja: são ações pontuais que não estão articuladas em torno de uma política estrutural.

Portanto, se na programação do PPA 2012-2015 a questão da produção de alimentos e do abastecimento aparece de forma marginal, na execução do PPA essa situação se torna ainda mais evidente. Neste sentido identifica-se que não há um diálogo entre a situação de produção de alimentos, preços dos alimentos, situação de insegurança alimentar e o PPA 2012-2015.

4 CONCLUSÕES

Primeiramente, é importante salientar que a produção de alimentos e o abastecimento alimentar tem sido fortemente absorvidos pela lógica mercantil e comercial, subordinando um direito fundamental às leis do mercado, levando a um processo de padronização, especialização e artificialização dos alimentos, gerando uma série de consequências no meio ambiente, saúde da população

e impactos negativos no preço dos alimentos.

Os dados relativos à produção agrícola no Espírito Santo mostram inequivocamente a redução na produção de alimentos frente à expansão da produção de *commodities* visando à exportação. A redução tanto de área colhida quanto da produção total indica que caminhamos para a extinção de alguns cultivos alimentares como o arroz, a laranja e o milho. Conseqüentemente temos uma forte dependência de importação de alimentos de outros Estados e países, o que causa um impacto grande nos preços dos alimentos, evidenciado pela velocidade de aumento do valor da cesta básica no ES, agravando a situação de insegurança alimentar.

Todavia, esta não é vista no âmbito do plano estratégico 2011-2014 e do PPA 2012-2015 como um problema a ser enfrentado, ao contrário: é tida como natural a especialização da agricultura em alguns produtos exportáveis e a necessidade de importação de alimentos, portanto, não houve no período uma política que buscasse reverter essa situação.

Neste sentido, caberia um estudo avaliando em que medida essas transformações na estrutura de produção agrícola capixaba são consequência do desenvolvimento econômico como um todo ou se há um protagonismo do Estado fomentando e apoiando cultivos destinados ao mercado externo e ignorando ou criando barreiras aos produtos alimentares. Ou seja, para além



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

de ver como natural o processo de especialização em produtos exportáveis cabe um questionamento sobre o papel das políticas públicas no fomento a este processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, C. J. (2012). Economia e Política Agrícola no Brasil. (2a. Ed.). São Paulo: Atlas.

CARCANHOLO, R. A., & SABADINI, M. (2011). “Sobre o Capital e a Mais Valia”. Em R. C. (Org.), Capital: Essência e Aparência (pp. 123-145). São Paulo: Expressão Popular.

CARNEIRO, F. F., & al., e. (2015). Dossiê ABRASCO: uma alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. RJ/SP: Expressão Popular.

CARVALHO, H. M. (2005). O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). (2010). Custos de Produção Agrícola, a metodologia da Conab. Brasília: Conab.

DELGADO, G. C. (2012). Do Capital Financeiro Na Agricultura À Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: UFRGS.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). (27 de Julho de 2016). Cesta Básica de Alimentos. Fonte: www.dieese.org.br: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201606.html>>

ESPÍRITO SANTO. (2008). Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. Vitória.

_____. (2011). Plano Estratégico 2011-2014 - Novos Caminhos. Vitória.

_____. (de 2012). LEI 9.781 de 03 de Janeiro de 2012. Vitória, Espírito Santo.

GUTERRES, I. (2006). Agroecologia Militante. SP: Expressão Popular.

HOFFMANN, R. (1995). “Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. Estudos Avançados”, vol. 9(24). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200007&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 03 de Julho de 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (1960). Anuário Estatístico do Brasil. 1960

_____. (1970). Anuário Estatístico do Brasil. 1970

_____. (1980). Anuário Estatístico do Brasil. 1980

_____. (1990). Anuário Estatístico do Brasil. 1990

_____. (2000). Anuário Estatístico do Brasil. 2000

_____. (2010). Anuário Estatístico do Brasil. 2010

_____. (2015). Anuário Estatístico do Brasil. 2015

_____. (2013). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

_____. (2014). IBGE divulga PNAD sobre segurança alimentar no Brasil. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2014/ibge-divulga-pnad-sobre-seguranca-alimentar-no-brasil>> Acesso em 03 de julho de 2016.

ICTSD (International Centre for Trade and Sustainable Development). (2008). Inflação dos Alimentos: a nova crise mundial. Disponível em: <<http://www.ictsd.org>>. Acesso em 03 de julho de 2016

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. (2013). “Plano Nacional de ações para a Soberania Alimentar desde uma perspectiva de Gênero”. Soberania Alimentar.

NEDER, H., ALVES, N. F., & SOUZA, S. (2015). “Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.53 (1)”. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100051> Acesso em 03 de Julho de 2016.

NETTO, J. P., & BRAZ, M. (2010). Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez.

PAULA, N. M. (2017). Evolução do sistema agroalimentar mundial: Contradições e Desafios. Curitiba: CRV.

SOUZA, R. M. (2015). A SUBORDINAÇÃO DOS CAMPONESES AO CAPITAL: a exploração a partir da concentração e comercialização dos Alimentos. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio De



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio De Janeiro.

TEIXEIRA, G. (2014). Inflação dos alimentos, segurança alimentar e agronegócio. Disponível: <<http://www.agroecologia.org.br/2014/08/27/inflacao-dos-alimentos-seguranca-alimentar-e-agronegocio/>> Acesso em 04 de Julho de 2016.

ZIEGLER, J. (2013). Destruição em Massa: Geopolítica da Fome. São Paulo: Cortez.

APÊNDICE

A Produção Obtida, Área Colhida, e Produção Per Capita ES e Brasil – 1959, 1969, 1979, 1989, 2000, 2010 e 2015. Participação da Produção Capixaba Na Área Colhida e Produção Obtida

Fator alimentar	Objetivo	Fator alimentar	Objetivo	Fator alimentar	Objetivo
Gorduras totais	15-30%	Hidratos de carbono	55-75%	Cloreto de sódio	< 5 g por dia
Ácidos graxos saturados	< 10%	Açúcares livres	< 10%	Frutas e legumes	≥ 400 g por dia
Ácidos graxos poli saturados	6-10%	Proteínas	10-15%	Fibra alimentaria total	Em alimentos
Ácidos graxos trans	< 1%	Colesterol	< 300 mg por dia	Polissacarídeos não amiláceos (PNAs)	Em alimentos

* Para culturas que não havia dados da produção de 1959 utilizou-se dados de 1958. População Brasileira 1960: 70.992.343,00 População Espírito Santo 1960: 1.418.348

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 1960. Elaboração do Autor.

Produção Brasileira e Capixaba 1969

Recomendações	Alimentos por tipo de processamento	Exemplos
Base da sua alimentação	In natura: aqueles que não tenham sofrido qualquer alteração	Frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos, ovos.
	Minimamente processados: sem agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias.	Arroz, feijão, outras leguminosas, cogumelos, leite, carne, iogurtes e coalhadas.
Use em pequenas quantidades	Complementos: Óleos, gorduras, sal e açúcar.	Vegetais: soja, milho, girassol ou oliva. Gorduras: manteiga e gordura de coco, banha de porco. Sal refinado ou grosso. Açúcar: branco ou mascavo.
Consumo limitado a pequenas quantidades.	Alimentos processados: fabricados essencialmente com a adição de sal, açúcar, óleo ou vinagre ou processos de cozimento, secagem, fermentação, salga, salmoura, cura e defumação.	Legumes ou leguminosas preservados em salmoura ou em solução de sal e vinagre. Extrato ou concentrados de tomate (com sal e ou açúcar); Frutas em calda e frutas cristalizadas. Carne seca, toucinho ou atum enlatados. Queijos; Pães feitos de farinha de trigo, leveduras, água e sal.
Evite o consumo	Alimentos ultra processados: formulações industriais feitas de substâncias extraídas de alimentos derivados de constituintes de alimentos ou sintetizados em laboratório.	Biscoitos, sorvetes, balas e guloseimas, cereais açucarados, bolos e misturas para bolo, barras de cereal, sopas, macarrão e temperos 'instantâneos', refrescos e refrigerantes, iogurtes e bebidas lácteas adoçadas e aromatizadas, produtos congelados e prontos para aquecimento, salsichas e outros embutidos, pães industriais.

População Brasileira 1970: 94.508.583 População Espírito Santo 1970 1.617.857

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 1970. Elaboração do Autor.

Produção Brasileira e Capixaba 1979

Cultura	BRASIL - PRODUÇÃO 1979				ESPIRITO SANTO - PRODUÇÃO 1979					
	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Participação ES área colhida (%)	Participação ES produção obtida (%)
Abacaxi	26.645	385.867	14,48	3,19	670	14.740	22,00	7,14	2,51	3,82
Alho	8.472	31.291	3,69	0,26	150	645	4,30	0,31	1,77	2,06
Amendoim	286.086	461.557	1,61	3,81	374	398	1,06	0,19	0,13	0,09
Arroz	5.452.886	7.595.214	1,39	62,69	37.616	52.662	1,40	25,52	0,69	0,69
Banana	343.654	408.874	1,19	3,37	28.669	10.615	0,37	5,14	8,34	2,60
Batata doce	91.577	819.412	8,95	6,76	980	14.162	14,45	6,86	1,07	1,73
Batata Inglesa	204.118	2.154.173	10,55	17,78	230	1.402	6,10	0,68	0,11	0,07
Cacau	453.569	336.326	0,74	2,78	21.380	11.949	0,56	5,79	4,71	3,55
Café Arábica e Canephora	2.408.239	2.065.545	1,11	22,00	281.491	281.665	1,00	136,49	11,69	10,57
Cana de Açúcar	2.536.976	138.898.882	54,75	1.146,50	32.261	1.088.585	33,74	527,5	1,27	0,78
Cebola	69.101	691.071	10,00	5,70	116	670	5,78	0,32	0,17	0,10
Coco da Bahia	158.039	491.027	3,11	4,05	1.200	3.480	2,90	1,69	0,76	0,71
Feijão	4.212.424	2.186.343	0,52	18,05	75.790	30.049	0,40	14,56	1,80	1,37
Laranja	475.008	42.226.117	88,90	348,54	1.800	207.000	115,00	100,31	0,38	0,49
Mandioca	2.111.052	24.962.191	11,82	206,04	46.634	697.772	14,96	338,12	2,21	2,80
Milho	11.318.855	16.306.380	1,44	134,60	155.228	190.930	1,23	92,52	1,37	1,17
Pimenta do Reino	19.879	49.096	2,47	0,41	208	187	0,90	0,09	1,05	0,38
Tomate	57.434	1.501.097	26,14	12,39	1.093	50.159	45,89	24,31	1,90	3,34
Uva	59.912	703.814	11,75	5,81	52	462	8,88	0,22	0,09	0,07

População Brasileira 1980: 121.150.573 População Espírito Santo 1980 1.617.857

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 1980. Elaboração do Autor.

Produção Brasileira e Capixaba 1989

Cultura	BRASIL - PRODUÇÃO 1989				ESPIRITO SANTO - PRODUÇÃO 1989					
	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Participação ES área colhida (%)	Participação ES produção obtida (%)
Abacaxi	38.305	835.915	21.82	5,69	1.441	33.571	23,30	12,92	3,76	4,02
Alho	13.841	60.006	4,34	0,41	770	4.582	5,95	1,76	5,56	7,64
Amendoim*	99.884	166.994	1,67	1,14	171	196	1,15	0,08	0,17	0,12
Arroz	5.252.070	11.043.228	2,10	75,17	35.761	107.030	2,99	41,19	0,68	0,97
Banana	482.112	549.161	1,14	3,74	24.725	21.076	0,85	8,11	5,13	3,84
Batata doce*	68.284	677.240	9,92	4,61	291	4.229	14,53	1,63	0,43	0,62
Batata Inglesa	156.916	2.134.807	13,60	14,53	1.187	15.370	12,95	5,91	0,76	0,72
Cacau	660.447	394.616	0,60	2,69	22.325	6.598	0,30	2,54	3,38	1,67
Café Arábica e Canephora	2.975.245	2.737.600	0,92	18,63	480.048	519.203	1,08	199,81	16,13	18,97
Cana de Açúcar	4.093.231	260.643.347	63,68	1.774,08	47.855	2.281.847	47,68	878,14	1,17	0,88
Cebola*	69.420	780.314	11,24	5,31	80	460	5,75	0,18	0,12	0,06
Coco da Bahia	193.889	647.451	3,34	4,41	1.229	3.603	2,93	1,39	0,63	0,56
Feijão	5.205.084	2.527.973	0,45	15,85	95.030	71.277	0,75	27,43	1,83	3,06
Laranja	882.754	90.465.537	102,48	615,76	2.071	142.309	68,72	54,77	0,23	0,16
Mandioca	1.896.252	23.701.158	12,50	101,32	22.064	366.389	16,61	141,00	1,16	1,55
Milho	12.890.453	26.568.776	2,06	180,84	129.720	264.054	2,04	101,62	1,01	0,99
Pimenta do Reino	28.575	64.722	2,26	0,44	1.495	3.642	2,44	1,40	5,23	5,63
Tomate	64.426	2.175.604	33,77	14,81	1.390	70.701	50,86	27,21	2,16	3,25
Uva*	58.330	771.708	13,23	5,25	42	365	8,69	0,14	0,07	0,05

* Dados da produção de 1988. População Brasileira 1990: 146.917.459 População Espírito Santo 1990 2.598.505

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 1990. Elaboração do Autor.

Produção Brasileira e Capixaba 2000

Cultura	BRASIL - PRODUÇÃO 2000				ESPIRITO SANTO - PRODUÇÃO 2000					
	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Participação ES área colhida (%)	Participação produção obtida (%)
Abacaxi	55.711	1.348.702	24,21	7,94	1.975	39.910	20,21	12,89	3,55	2,96
Alho	12.824	78.254	6,10	0,46	494	3.282	6,64	1,06	3,85	4,19
Amendoim*	102.045	193.154	1,89	1,14	3	3	1,00	0,00	0,00	0,00
Arroz	3.671.063	11.144.123	3,04	65,63	6.179	17.329	2,80	5,59	0,17	0,16
Banana	520.469	650.149	1,21	3,71	20.535	17.363	0,85	5,61	3,95	2,76
Batata doce*	42.811	444.825	10,39	2,62	276	4.789	17,35	1,55	0,64	1,08
Batata Inglesa	151.678	2.608.173	17,20	15,36	542	8.578	15,83	2,77	0,36	0,33
Cacau	728.087	191.078	0,26	1,13	21.357	11.305	0,53	3,65	2,93	5,92
Café Arábica e Canephora	2.274.300	3.651.331	1,61	21,50	523.937	906.117	1,73	292,56	23,04	24,82
Cana de Açúcar	4.786.995	317.601.447	66,35	1.870,45	43.922	2.372.601	54,02	766,04	0,92	0,75
Cebola*	67.745	838.232	12,37	4,94	36	312	8,67	0,10	0,05	0,04
Coco da Bahia	258.731	1.233.191	4,77	7,26	8.234	121.977	14,81	39,38	3,18	9,89
Feijão	4.302.235	3.005.591	0,70	17,70	34.549	27.997	0,80	8,91	0,80	0,92
Laranja	861.626	108.552.008	125,99	639,30	2.646	174.136	65,81	56,22	0,31	0,16
Mandioca	1.712.337	23.203.442	13,55	136,65	16.425	259.319	15,79	83,73	0,96	1,12
Milho	11.614.394	31.717.126	2,73	186,79	45.474	112.285	2,47	36,25	0,39	0,35
Pimenta do Reino	15.867	45.505	2,87	0,27	1.609	3.230	2,01	1,04	10,14	7,10
Tomate	57.568	3.072.788	53,38	18,10	1.541	100.096	64,96	32,32	2,68	3,26
Uva	60.721	774.352	12,75	4,56	12	73	6,08	0,02	0,02	0,01

* Dados de 1998. População Brasileira 2000: 169.799.170 População Espírito Santo 2000 3.097.232

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 2000. Elaboração do Autor.

Produção Brasileira e Capixaba 2010

Cultura	BRASIL - PRODUÇÃO 2010				ESPIRITO SANTO - PRODUÇÃO 2010					
	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Participação ES área colhida (%)	Participação produção obtida (%)
Abacaxi	56.181	1.472.571	26,21	7,72	2.128	44.569	20,94	12,68	3,79	3,03
Alho	10.543	105.115	9,97	0,55	126	1.131	8,98	0,32	1,20	1,08
Amendoim	84.062	232.026	2,76	1,22	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Arroz	2.707.868	11.316.525	4,18	59,32	1.175	3.156	2,69	0,90	0,04	0,03
Banana	528.292	7.385.196	13,98	38,72	19.437	186.939	9,62	53,18	3,68	2,53
Batata doce*	42.241	477.472	11,30	2,50	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Batata Inglesa	141.448	3.578.930	25,30	18,76	404	7.844	19,42	2,23	0,29	0,22
Cacau	664.355	232.296	0,35	1,22	21.000	12.510	0,60	3,56	3,16	5,39
Café Arábica e Canephora	2.188.251	2.871.834	1,31	15,06	480.059	585.081	1,22	166,45	21,94	20,37
Cana de Açúcar	9.183.657	731.117.377	79,61	3.832,74	81.413	4.944.674	60,74	1.406,75	0,89	0,68
Cebola*	67.999	1.499.507	22,05	7,86	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Coco da Bahia	274.368	1.986.333	7,24	10,41	10.211	150.939	14,78	42,94	3,72	7,60
Feijão	3.507.030	3.266.738	0,93	17,13	18.440	15.416	0,84	4,39	0,53	0,47
Laranja	841.739	19.056.086	22,64	99,90	1.535	15.690	10,22	4,46	0,18	0,08
Mandioca	1.846.248	25.887.152	14,02	135,71	14.117	228.706	16,20	65,07	0,76	0,88
Milho	12.856.739	55.609.476	4,33	291,52	34.517	74.218	2,15	21,11	0,27	0,13
Pimenta do Reino	25.530	57.922	2,27	0,30	2.357	6.361	2,70	1,81	9,23	10,98
Uva	80.909	1.295.676	16,01	6,79	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

* Dados de 2009. População Brasileira 2010: 190.755.799 População Espírito Santo 2010 3.514.952

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 2010. Elaboração do Autor.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

Produção Brasileira e Capixaba 2015

Cultura	BRASIL - PRODUÇÃO 2015				ESPIRITO SANTO - PRODUÇÃO 2015					
	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Área colhida (ha)	Produção obtida (ton)	Produtividade (ton/ha)	Per capita (kg/hab/ano)	Participação ES área colhida (%)	Participação produção obtida (%)
Abacaxi	67.030	1.767.270	26,37	8,64	2.448	41.261	16,85	10,38	3,65	2,33
Alho	10.591	116.764	11,02	0,57	75	877	11,69	0,22	0,71	0,75
Amendoim	114.068	351.453	3,08	1,72	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Arroz	2.145.078	12.312.315	5,74	60,22	305	782	2,56	0,20	0,01	0,01
Banana	481.439	7.012.901	14,57	34,30	23.638	277.512	11,74	69,84	4,91	3,96
Batata doce*	39.705	505.350	12,73	2,47	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Batata Inglesa	127.375	3.659.449	28,73	17,90	401	8.703	21,70	2,19	0,31	0,24
Cacau	621.837	255.353	0,41	1,25	22.265	5.467	0,25	1,38	3,58	2,14
Café Arábica e Caneleira	1.982.315	2.645.501	1,33	12,94	442.660	618.262	1,40	155,59	22,33	23,37
Cana de Açúcar	10.285.975	754.948.455	73,40	3.692,57	76.683	3.320.809	43,31	835,70	0,75	0,44
Cebola	56.756	1.461.582	25,75	7,15	346	4.200	12,31	1,07	0,61	0,29
Coco da Bahia	228.916	1.790.739	7,82	8,76	10.158	134.162	13,21	33,76	4,44	7,49
Feijão	2.906.854	3.107.911	1,07	15,20	13.109	13.483	1,03	3,39	0,45	0,43
Laranja	693.161	16.273.635	23,48	79,60	1.201	15.369	12,80	3,87	0,17	0,09
Mandioca	1.494.498	22.756.807	15,23	111,31	8.690	140.952	16,22	35,47	0,58	0,62
Milho	15.561.673	85.707.796	5,51	419,21	13.154	30.147	2,29	7,59	0,08	0,04
Pimenta do Reino	21.506	53.645	2,49	0,26	3.998	13.863	3,47	3,49	18,59	25,84
Tomate	56.882	3.686.818	64,82	18,03	2.503	144.834	57,86	36,45	4,40	3,93
Uva	78.123	1.507.421	19,30	7,37	148	2.327	15,72	0,59	0,19	0,15

* Dados de 2014. População Brasileira 2015: 204.450.649 População Espírito Santo 2015: 3.973.697

Fonte: Anuário Estatístico IBGE 2015. Elaboração do Autor.

Apêndice B Programas E Ações Selecionados Que Tem Influência Direta Sobre A Produção Agrícola

(Continua)

	Ação	Unidade	Meta	Valor
0114-Desenv. Instit.	6392 - Gestão da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural	modelo gestão	1	1.390.420,00
0852- Descentralização e harmonização do desenvolvimento	4368 - Apoio a aquisição, produção e distribuição de mudas e outros insumos para fruticultura	muda	2.000.000	4.915.000,00
	3365 - Apoio à construção de matadouros regionais e entrepostos de carnes e derivados	matadouro	8	8.020.000,00
	3373 - Apoio à implantação de infraestrutura para promoção e comercialização de produtos agropecuários	Infraestrutura	20	6.225.000,00
	3368 - Apoio a construção, ampliação e reforma de instalações físicas para unidades laboratoriais de produtos da pecuária bovina	Laboratórios	2	1.668.400,00
	3367 - Apoio a implantação de núcleos de inseminação artificial	bovinação de semente	140	2.161.600,00
	3366 - Apoio à implantação de tanques de resfriamento e granelização do leite	tanques	300	2.000.000,00
	4370 - Apoio ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura	agricultor familiar	201	610.000,00
	3374 - Apoio e articulação para o fortalecimento de outros arranjos produtivos locais - apls e cadeias produtivas da agricultura	arranjo produtivo	24	950.000,00

Apêndice B Programas E Ações Selecionados Que Tem Influência Direta Sobre A Produção Agrícola

(Continuação)

	Ação	Unidade	Meta	Valor
0852- Descentralização e harmonização do	3372 - Fortalecimento da pesca e aqüicultura	Unidade	36	4.960.000,00
	1405 - Implantação de sistema informatizado de comercialização e abastecimento	sistema informatizado	1	52.000,00
	4369 - Manutenção de laboratórios de produtos da pecuária bovina	laboratório	2	210.000,00
	1406 - Melhoria da infraestrutura de comercialização para os arranjos locais	unidade estruturada	4	40.000,00
0853- Desenvolvimento da agricultura familiar	3380 - Apoio à infraestrutura para valorização de ações produtivas e sociais da juventude rural	Infraestrutura	262	2.900.000,00
	3356 - Apoio a projeto de infraestrutura e serviços aos municípios e territórios para a agricultura familiar	Infraestrutura	162	42.300.000,00
	4363 - Apoio ao desenvolvimento sustentável de populações tradicionais	Comunidade assistida	89	370.000,00
	4365 - Aquisição de insumos para culturas em apoio a produção	produtor assistido	1.000	200.000,00
	4367 - Capacitação técnica de mulheres rurais capixabas	mulheres capacitadas	240	60.000,00
	4366 - Capacitação técnica e gerencial de jovens rurais	jovem capacitado	1.440	2.590.000,00
	6390 - Expansão das atividades de extensão rural e assistência técnica	agricultor familiar	72.000	11.978.405,00
	3358 - Fortalecimento da estrutura de produção, comercialização e escoamento de produtos agropecuários	Municípios	77	10.487.831,00

Apêndice B Programas E Ações Seleccionados Que Tem Influência Direta Sobre A Produção Agrícola



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

	Ação	Unidade	Meta	Valor
0853- Desenvolvimento da agricultura familiar	4364 - Fortalecimento de organizações não estatais para prestação de serviços públicos de desenvolvimento rural	Instituições	43	3.700.000,00
	3394 - Geração/adaptação de tecnologias agropecuária e pesqueira	projeto de pesquisa	130	8.665.712,00
	6391 - Produção de sementes e mudas de culturas alimentares e oleíferas	produtor assistido	10.000	1.920,00
Total				116.456.288,00

Fonte: Lei 9.781 de 03 de Janeiro de 2012. Organização do Autor

Apêndice C Ações Seleccionadas, Valor Previsto Até 2015, Executado Até 2014

AÇÃO	VALOR PREVISTO ATÉ 2015	EXECUTADO ATÉ 2014	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
3368 - Apoio à construção, ampliação e reforma de instalações físicas para unidades laboratoriais de produtos da pecuária bovina	1.668.400,00	-	-
1405 - Implantação de sistema informatizado de comercialização e abastecimento	52.000,00	-	-
4369 - Manutenção de laboratórios de produtos da pecuária bovina	210.000,00	-	-
1406 - Melhoria da infraestrutura de comercialização para os arranjos locais	40.000,00	-	-
4363 - Apoio ao desenvolvimento sustentável de populações tradicionais	370.000,00	-	-
4365 - Aquisição de insumos para culturas em apoio a produção	200.000,00	-	-
4367 - Capacitação técnica de mulheres rurais capixabas	60.000,00	-	-
3365 - Apoio à construção de matadouros regionais e entrepostos de carnes e derivados	8.020.000,00	184.535,68	2,30
3374 - Apoio e articulação para o fortalecimento de outros arranjos produtivos locais - apls e cadeias produtivas da agricultura	950.000,00	30.000,00	3,16
4370 - Apoio ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura	610.000,00	45.000,00	7,38

Apêndice C Ações Seleccionadas, Valor Previsto Até 2015, Executado Até 2014

AÇÃO	VALOR PREVISTO ATÉ 2015	EXECUTADO ATÉ 2014	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
3373 - Apoio à implantação de infraestrutura para promoção e comercialização de produtos agropecuários	6.225.000,00	796.119,66	12,79
3394 - Geração/adaptação de tecnologias agropecuária e pesqueira	8.665.712,00	1.363.063,97	15,73
6390 - Expansão das atividades de extensão rural e assistência técnica	11.978.405,00	3.013.358,79	25,16
4364 - Fortalecimento de organizações não estatais para prestação de serviços públicos de desenvolvimento rural	3.700.000,00	1.026.636,88	27,75
3372 - Fortalecimento da pesca e aquicultura	4.960.000,00	1.572.051,73	31,69
3356 - Apoio a projeto de infraestrutura e serviços aos municípios e territórios para a agricultura familiar	42.300.000,00	14.533.974,71	34,36
3367 - Apoio à implantação de núcleos de inseminação artificial	2.161.600,00	996.373,00	46,09
3366 - Apoio à implantação de tanques de resfriamento e granulização do leite	2.000.000,00	1.111.529,00	55,58
4368 - Apoio à aquisição, produção e distribuição de mudas e outros insumos para fruticultura	4.915.000,00	2.778.664,00	56,53
4366 - Capacitação técnica e gerencial de jovens rurais	2.590.000,00	1.489.176,34	57,50

Apêndice C Ações Seleccionadas, Valor Previsto Até 2015, Executado Até 2014

AÇÃO	VALOR PREVISTO ATÉ 2015	EXECUTADO ATÉ 2014	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
6392 - Gestão da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural	1.390.420,00	922.411,28	66,34
3360 - Apoio à infraestrutura para valorização de ações produtivas e sociais da juventude rural	2.900.000,00	2.410.997,96	83,14
6391 - Produção de sementes e mudas de culturas alimentares e oleíferas	1.920,00	3.674,00	191,35
3358 - Fortalecimento da estrutura de produção, comercialização e escoamento de produtos agropecuários	10.487.831,00	82.445.008,13	786,10
TOTAL	116.456.288,00	114.722.575,13	98,51

Fonte: Lei 9.781 de 03 de janeiro de 2012, Relatório de Avaliação do Plano Plurianual - Exercício 2014. Organização do Autor